

Por: Fernando Gomes

RECURSOS FINANCEIROS DO  
SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

"Incumbe ao Estado mobilizar os recursos financeiros indispensáveis ao Serviço Nacional de Saúde, de modo a assegurar a sua progressiva implantação e realização".

"O Governo proporá <sup>ANUALMENTE</sup> ~~naturalmente~~ à Assembleia da República a afectação ao S.N.S. de uma dotação orçamental que tome em conta a evolução do produto nacional bruto".

Com a leitura destes dois artigos da Lei de Bases do S.N.S. (Artigos 50º e 51º) responderíamos de forma inequívoca à pergunta sobre quais são os seus recursos financeiros.

Se paralelamente evocarmos o direito à saúde, consagrado na Constituição da República e consubstanciado no direito ao acesso a um Serviço Nacional de Saúde, universal, geral e gratuito, poderíamos afirmar estarmos em presença de princípios de uma sociedade socialista.

O Estado deveria pois mobilizar fundos destinados a satisfazer necessidades colectivas, como a prestação de cuidados de saúde, e tal satisfação não deveria ter, pois, qualquer dependência directa ou indirecta do grau de contribuição de produção de riqueza de um cidadão em termos individuais.

Mas se esta é a verdade consignada nas leis fundamentais, podemos, infelizmente, afirmar que a realidade está mais próxima da afirmada por um ex-ministro do PSD:

"Quem quer saúde, paga-a!!!"

Nós, comunistas, até podíamos estar de acordo com tal afirmação se ela tivesse um sentido genérico e abrangente, correspondendo a uma incumbência do Estado, certos que corríamos o risco de nos apodarem de legalistas.

Se nos debruçarmos, em abstracto, sobre os diversos tipos possíveis de financiamento dum Serviço Nacional de Saúde, encontraríamos, com várias combinações, os seguintes sistemas tipo:

1 - Financiamento indirecto:

1.1. Poder central ou local

1.2. Seguro obrigatório, subvencionado ou não pelo Estado

1.3. Seguro voluntário, subvencionado ou não pelo Estado

1.4. Seguro profissional

1.5. Instituições caritativas

1.6. "Ajuda" estrangeira

2 - Financiamento indirecto:

. Pelos utentes, remunerando os Serviços prestados

No nosso país, o tipo de financiamento é fundamentalmente o do financiamento indirecto pelo poder central através de transferência de verbas do orçamento de Estado. E este facto, de existir uma única fonte de financiamento, é considerado vantajoso uma vez que está tecnicamente demonstrado que quando o financiamento deriva de várias fontes a tendência daí resultante é a de um aumento de gastos.

Teóricamente, a situação em Portugal reveste-se de óptimas características para a consumação do direito à saúde, referenciado no acesso ao Serviço Nacional de Saúde.

Mas, infelizmente, só teoricamente, podemos afirmá-lo.

Vejamos o que se tem passado:

- 1 - As dotações para o S.N.S. têm sido atribuídos de orçamento para orçamento segundo métodos meramente incrementalistas, em vez de métodos planificados a curto e médio prazo.
- 2 - Em termos relativos, a transferência de verbas para o S.N.S. tem vindo a decrescer.
- 3 - Em termos reais, constata-se que a preços constantes o orçamento do S.N.S. diminui comparativamente ao crescimento do orçamento do Estado e da A.D.S.E..
- 4 - Se compararmos com outros países europeus constatamos que a percentagem dos gastos com o S.N.S. em relação ao produto interno bruto é uma das mais baixas.
- 5 - Podemos encontrar outra constante que é a do contínuo decréscimo do valor do orçamento do S.N.S. em relação ao P.I.B..

Mas se, por outro lado, sabemos que por toda essa Europa capitalista a crise económica tem colocado grandes problemas de financiamento, uma vez que, por vários factores, as despesas com a saúde têm crescido a um ritmo superior ao do P.I.B., coloca-se-nos a questão de como é possível o "milagre" português no campo da saúde?

Em traços gerais, este "milagre" da política de direita, bem tipificado no Ministério Beleza, fica reduzido a quatro coordenadas, bem materialistas, que qualquer observador atento, mesmo sem ser especialista em ciências de economia, pode descobrir na análise comparada dos orçamentos do Estado:

- 1 - Aumento progressivo das dívidas que transitam de orçamento para orçamento, mesmo utilizando o expediente dos orçamentos suplementares.
- 2 - Quebras brutais no investimento a todos os níveis.

3 - Contenção das despesas com os trabalhadores de saúde, não lhes atribuindo remunerações condignas e congelando as suas contratações, servindo-se do expediente dos tarefeiros e dos contratos a prazo.

4 - Fomento do financiamento directo por parte dos utentes através das ditas taxas moderadoras e nas graves alterações de participação nos medicamentos.

Se estas são as principais linhas de força, que podem explicar o que se passa em termos de financiamento do S.N.S., podemos ainda tecer algumas considerações sobre qual tem sido a tendência dos gastos dos parques recursos atribuídos ao S.N.S..

Será que têm sido geridos duma maneira criteriosa, transparente e favorável aos interesses dos utentes? Afirmamos claramente que não !!!

Para fundamentar esta afirmação basta-nos destacar um facto:

- o aumento, progressivo e constante, de transferência para o sector privado de muitos milhões de contos, através dos medicamentos, das convenções, dos meios complementares de diagnóstico, dos reembolsos e da hospitalização privada.

Mas será que o sublinhar deste facto não será mais do que uma manifestação de "alergia" às privatizações, própria de "comunistas ortodoxos", leia-se coerentes no campo dos princípios e da ideologia?

Afirmamos claramente que não!!!

São os próprios partidários do chamado Estado-Providência, Keynesiano, solução de compromisso entre o Estado, o capital e o trabalho, que mais não visa que uma tentativa, historicamente vã, de atenuar as contradições da crise do capitalismo, que chamam a atenção para a necessidade de investir em cuidados de saúde primários, em vez do "saco roto" das convenções como cuidados médicos de base.

Nem, pois, os gestores da crise do capitalismo advogam tais políticas de direita, como as que têm sido seguidas entre nós, e que só uma manipulação informativa demagógica tem momentaneamente camuflado e impedido o descontentamento social e sua consequente explosão reivindicativa.

Também neste campo os comunistas têm soluções, como veremos ao longo dos debates, estão prontos a discuti-las com todos os democratas que defendem o Portugal de Abril e estão prontos a lutar pela sua implementação.

Para melhorar a saúde dos portugueses torna-se imperioso defender o Serviço Nacional de Saúde, como está consignado na Constituição da República, e respeitar as normas do seu financiamento consagradas na respectiva lei de Bases bem como alterar a gestão dos dinheiros públicos que, necessariamente, lhe terão de ser atribuídos.